



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 19 DE JULHO DE 2017.

Nº. 16/2017

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: Francisco José Caldeira Duarte, na qualidade de-Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e António João Fernandes Colaço, António José Rosa de Brito e Paulo Jorge Maria do Nascimento, na qualidade de Vereadores.

Faltou o Sr. Vereador Carlos Alberto Guerreiro Pereira.

ABERTURA DOS TRABALHOS

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente, declarada aberta a reunião pelas 14,40 horas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Não se verificou qualquer intervenção

ORDEM DO DIA

- **Aprovação da ata da reunião anterior:**

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião anterior, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-a à consideração dos restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e nominalmente.

Não participou na votação o Sr. Vereador António João Colaço, por não ter estado presente na reunião em causa.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1. - Expediente:

Tomou a Câmara conhecimento do seguinte expediente:

- Projetos de Lei do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português referente à terceira alteração ao Decreto-Lei nº. 128/2014, de 29 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei

nº.63/2015, de 23 de Abril, que “Estabelece o regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local; que “Assegura que a taxa municipal de direitos de passagem e a taxa de ocupação do subsolo não são repercutidas na fatura dos consumidores”; e que “Estabelece um sistema de preços máximos para o gás de garrafa e gás canalizado.

- Projetos de Lei do Grupo Parlamentar Os Verdes sobre “Assistência a Banhistas” e “Pela defesa de um serviço postal público, de qualidade e universal e a reversão da privatização dos CTT.”

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1.- Acordo Coletivo de Entidade Publica (ACEP) entre o Município de Castro Verde e o STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

“Considerando a proposta de Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública, adiante (ACEP), proposto pelo STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins; (doc. anexo I);

Considerando que é um documento que traz algumas vantagens aos trabalhadores que tinham sido perdidas com o anterior Governo na legislatura passada, e que através deste (ACEP) são recuperadas;

Considerando que além dessa razão o mesmo regulamenta aspetos relacionados com a organização do tempo de trabalho, nomeadamente horários de trabalho e suas modalidades, recompensa do desempenho e redução do período experimental;

Considerando que este regulamento torna mais ágil a gestão do pessoal, ganhando com isso, todas as partes envolvidas, trabalhadores por um lado e autarquia por outro;

Assim, face ao exposto, e ao abrigo do disposto no art.º 364º/1 da Lei de Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº.35/2014, de 20 de junho, proponho a este Órgão Executivo a aprovação do presente (ACEP), para os trabalhadores do Município de Castro Verde.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, aprovar o Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública (ACEP) proposto pelo STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins, cuja minuta se anexa à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcrita.

2.- Acordo de Gestão do CAGIA – Canil/Gatil Intermunicipal:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

“Considerando a proposta de “Acordo de Gestão do CAGIA – Canil/Gatil Intermunicipal” aqui apresentada pela Resialentejo – Tratamento e Valorização de Resíduos, EIM, junto em anexo;

Considerando o interesse em estabelecer o mesmo, dado as cláusulas que tem expressas ao nível de gestão do respetivo equipamento;

Considerando que concordamos com o seu conteúdo.

Assim, face ao exposto, proponho a aprovação do “Acordo de Gestão do CAGIA – Canil/Gatil Intermunicipal”, nos termos proposta pela Resialentejo – Tratamento e Valorização de Resíduos, EIM.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, aprovar o “Acordo de Gestão do CAGIA – Canil/Gatil Intermunicipal”, proposto pela Resialentejo – Tratamento e Valorização de Resíduos, EIM, cuja minuta se anexa à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcrita.

DIVISÃO DE OBRAS E GESTÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL

1. - Obras e loteamentos municipais:

- **Empreitada de remodelação da rede de abastecimento de água de Castro Verde – Fase II – Ação de redução de pedras e secionamento da rede:**

Submeteu o Sr. Presidente a ratificação da Câmara o ato de decisão que tomou relativamente à adjudicação da empreitada em título ao concorrente NADRUCIVIL - Engenharia e Construção SA, pelo valor de 103.384,20 (cento e três mil, trezentos e oitenta e quatro euros e vinte cêntimos) acrescido do IVA, conforme proposto pelo Júri do respetivo concurso público no relatório final de análise das propostas apresentadas.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade, ratificar a decisão tomada pelo Sr. Presidente relativa à adjudicação dos trabalhos da referida empreitada, ao concorrente NADRUCIVIL – Engenharia e Construções SA.

2. - Obras particulares/Outros:

- **Deliberação final sobre processo de obras:**

Apreciou a Câmara e aprovou, por unanimidade e nominalmente, os projetos de arquitetura e das especialidades para efeitos de deliberação final sobre o processo de obras de José Duarte Vilhena Revés Pereira, referente à alteração e ampliação da sua habitação sita na Rua Nova nº. 2, em Casével (proc.º. 18/2017).

- **Alteração ao alvará de loteamento nº. 2/2005, de António José Bogarim Lage:**

Apreciou a Câmara o pedido de alteração ao alvará do loteamento nº. 2/2005, localizado na Herdade da Navarra (Rua da Alfazema), em Castro Verde, requerido pelo respetivo titular, António José Bogarim Lage, a qual consiste no seguinte:

“- A alteração pretendida diz respeito apenas ao número de pisos, que define a altura dos edifícios a construir nos lotes ainda por consolidar – 35, 40 e 41. O alvará em vigor determina a obrigatoriedade de todos os edifícios serem construídos com 2 pisos – $r/ch+1$.

- Com esta alteração pretende-se a possibilidade de construir apenas 1 ou em alternativa 2 pisos, à semelhança da fase anterior do loteamento titulada pelo alvará nº.3/2001 – processo de licenciamento nº.1/2000, que permitindo esta possibilidade, originou a que fossem construídos edifícios de volumetria de 1 só piso e edifícios de volumetria de 2 pisos.”

Apreciado o pedido, a Câmara, em face do respetivo parecer proferido pelo Gabinete de Gestão Urbanística, deliberou, por unanimidade e nominalmente, autorizar a alteração ao referido alvará de loteamento em vigor, uma vez que o processo cumpre o disposto nos n.ºs. 3 e 8 do artigo 27.º. Do RJUE aprovado pelo Decreto-Lei n.º. 555/99, de 16 de Dezembro, na sua atual redação.

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

1. - Atualização do protocolo de colaboração celebrado com o Futebol Clube Castrense:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento:

“O Futebol Clube Castrense, conforme comunicação anexa, solicita à Câmara Municipal de Castro Verde, no âmbito do protocolo de colaboração celebrado com esta Autarquia, uma antecipação da atualização do apoio atribuído.

Esta necessidade prende-se com a nova realidade desportiva da época 2017-2018, nomeadamente, a subida da equipa sénior “A” ao Campeonato de Portugal Prio.

Assim, proponho que se proceda à aplicação do apoio correspondente a esta participação da equipa em causa, em conformidade com o protocolo atualmente em vigor (ponto 1, da cláusula 1ª.) no período entre julho e dezembro, de acordo com o cálculo anexo.

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente, proceder à aplicação do apoio correspondente à participação da equipa em causa no Campeonato de Portugal Prio, atualizando para o efeito o protocolo de colaboração celebrado com o Futebol Clube Castrense, conforme proposto pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento.

Fica anexa à presente ata a minuta da atualização do protocolo a celebrar com o Futebol Clube Castrense, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcrita.

2. - Concessão de subsídio ao Conservatório Regional do Baixo Alentejo:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento:

“Nos últimos anos a Câmara Municipal de Castro Verde tem dinamizado na pausa letiva de Verão algumas residências artísticas, privilegiando áreas como a multimédia e a música, por serem áreas de aprendizagem formal na oferta formativa de Castro Verde, direcionadas a jovens com o objetivo de aprofundar conhecimentos e proporcionar um momento social e lúdico.

Acontece que este ano, o Conservatório Regional do Baixo Alentejo programou para a Secção de Castro Verde uma residência artística para jovens na área da música, que aconteceu entre 12 e 15 de Julho 2017, dando assim resposta a esta intenção que a autarquia tem promovido, por vezes, precisamente, em colaboração com o CRBA.

Assim, atendendo a que este ano houve resposta de uma entidade com ação no concelho a esta atividade de “residência/oficinas”, em que a Câmara Municipal é parceiro ativo da sua dinâmica, propõe-se a atribuição de um apoio de 1.750 € ao Conservatório Regional do Baixo Alentejo para compartilhar as despesas afetas à realização da residência artística em Castro Verde.

O apoio a atribuir tem enquadramento no âmbito do Protocolo de Cooperação celebrado entre a Câmara Municipal de Castro Verde e o Conservatório Regional do Baixo Alentejo, nos termos da alínea a), do ponto 4, da cláusula 13ª.”

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente, atribuir ao Conservatório Regional do Baixo Alentejo um apoio no valor de 1.750,00 €, conforme proposto pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento, autorizando o respetivo pagamento.

Não participou na apreciação e votação desta decisão o Sr. Presidente da Câmara por fazer parte dos órgãos sociais da mesma Instituição.

3. - Concessão e renovação de cartões sociais:

Em conformidade com a informação e documentação elaborada pela Divisão da Ação Social, Educação, Cultura Desporto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, o seguinte:

- Conceder cartões sociais a: Rosa de Jesus Gonçalves de Matos, residente nos Aivados; Maria Assunção Mestre e Carla Isabel Rosa Lourenço, residentes na Sete; Nelson Manuel Rosa Raposo e a João Manuel Martins Sousa, residentes em Castro Verde, todos no escalão A.
- Renovar os cartões sociais de Aura de Assunção Guerreiro Jorge e de Lucília Maria Simões Cruz de Almeida, residentes em Castro Verde, ambos no escalão A.
- Indeferir o pedido de cartão requerido por Balbina Custódio Pires, residente em Entradas, em virtude do seu rendimento per capita exceder o previsto no respetivo regulamento.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 15,20 horas, qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º da Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.